

## A imprensa e o programa de estabilização

J. CARLOS DE ASSIS

Sai o Presidente Sarney ressentido com os meios de comunicação, pois acredita que foi por falta de apoio deles que o Plano Verão fracassou. Está enganado. Entre os áulicos que o cercam, num quadro de mediocridade e de ausência de espírito público fora do comum num círculo presidencial, faltou também alguém para dizer-lhe que a imprensa, ou os meios de comunicação em geral, não poderiam transformar em bom um programa que era ruim, na forma e no conteúdo. E que, por isso, estava condenado ao fracasso, independente do apoio que pudessem ter (e teve) da imprensa.

Fora do círculo palaciano, o Presidente teve quem o advertisse, na forma de apelos dramáticos, para que não abandonasse a tentativa de pacto social então em curso para apostar num novo **pacote**. Raphael de Almeida Magalhães, que, por ter sido demitido do Ministério como resultado de intrigas urdidas no próprio círculo palaciano, tinha todos os motivos para dar-lhe as costas, procurou-o para fazer-lhe a advertência. — em caráter privado, é verdade, mas movido por exclusivo interesse público. Sugeriu-lhe ainda uma reforma ministerial que modernizasse a estrutura ainda anacrônica do Governo.

Para afastar qualquer suspeita de que tivesse algum interesse político oculto, surgiu também de Raphael a sugestão de que, na eventual reforma ministerial para viabilizar o pacto, se introduzisse a regra de que todos os ministros que estavam em seus postos deveriam sair, e de que todos os que tinham sido ministros não poderiam ser de novo. Com isso, ele próprio estava afastado. Tinha liberdade, assim, para atuar também junto ao presidente do PMDB, seu amigo Ulysses Guimarães, e tentar obter igualmente dele o apoio para o pacto social.

Essas gestões fracassaram, como se sabe. Foram muitos os motivos, inclusive os de sabotagem, de dentro e de fora do Governo. Sarney optou pelo **pacote**, e usou o privilégio presidencial de convocar to-

das as redes de comunicação do País para dizer ao povo que o programa de estabilização estava sendo pacientemente preparado há mais de um ano, que se havia aprendido com o insucesso dos dois planos anteriores, que agora tinha consistência e que por isso ia dar certo. Era a versão de seus ministros da área econômica e da nova Ministra do Trabalho, que ele apresentou à população como a verdade. Entretanto, nem o prestígio e a autoridade presidenciais poderiam transformar a versão retórica em resultados concretos.

A lição serve de exemplo ao Presidente eleito Collor de Melo e sua equipe em formação, num momento em que, de longe, se percebe claramente que ao futuro Governo se coloca de novo o dilema de escolher entre o pacto e o **pacote**. Desta vez as propostas de pacto não estão sendo feitas privadamente, mas de público. Por Luís Antônio Medeiros, presidente da Confederação dos Metalúrgicos. Por Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria. Abertamente. Aproveitando uma deixa do próprio Presidente eleito, em sua campanha, quando convocou para apoiá-lo no esforço de costura de um grande entendimento nacional o seu adversário no segundo turno, Luís Inácio Lula da Silva. E se ofereceu para apoiar Lula, se fosse ele o vitorioso.

Não obstante, há indícios e versões oriundas da equipe governamental em formação de que se prepara um **pacote** para ser lançado logo no dia 16 de março. O Presidente eleito não tem ainda sua palavra empenhada nisso. De qualquer modo está sendo advertido de que seria uma nova aventura, de consequências ainda mais dramáticas, pelo risco do insucesso, quando as expectativas da população — acesas pela campanha da primeira eleição presidencial direta em quase três décadas — ainda se encontram no seu ponto mais favorável. Veja-se o Presidente Menem, na Argentina. Eleito com maioria parlamentar, e com forte apoio da base sindical mais atuante, no início apoiado até mesmo por um Congresso onde os radicais tinham maioria, só lhe resta, poucos meses depois da posse, e de três **pacotes**, a perspectiva do parlamentarismo ou do golpe.

## Os limites do apoio

Ao contrário do que pensa o Presidente Sarney, não é do apoio da imprensa, mas sim do apoio de toda a sociedade, que depende o sucesso do programa de estabilização. Como o nome indica, os meios de comunicação são um instrumento à disposição da sociedade. Não são a própria sociedade. Não criam fatos. Noticiam. Não criam opiniões favoráveis. Dão curso a opiniões que, por si mesmas, são favoráveis ou não. Tire o Presidente essas conclusões de uma avaliação sincera e não facciosa do desempenho de seu próprio Governo, e dos diferentes **pacotes** que baixou. E do comportamento em relação a ele do conjunto da imprensa.

Para ficar num exemplo da casa, relatou-me o presidente das Organizações Globo, jornalista Roberto Marinho, que foi informado pelo Presidente, com algumas horas de antecedência, do Plano Cruzado. E de que haveria o congelamento geral de preços. Sentiu-se duplamente comprometido. Como jornalista em atividade, que ainda é, não pôde dar o **furo** no GLOBO. E como empresário, teve de mandar cancelar um aumento de preços de tabela de publicidade que seus executivos já haviam decidido. Pela primeira vez na relação com seu profissionais, decidiu contra, sem dar-lhes maiores satisfações. Não podia vazar a informação que tinha, sequer para seus íntimos.

Embora profissional e empresarialmente estivesse sendo prejudicado pelo que o Presidente considerava, equivocadamente, como uma confidência prévia necessária para garantir ao Plano o apoio de uma rede de comunicação poderosa, o cruzado teve o entusiástico respaldo não só do GLOBO, mas de toda a imprensa. Ou pareceu ter. Pois o que a Rede Globo e as demais redes fizeram foi abrir seus canais para que a própria sociedade se manifestasse — seja pela opinião, como o emo-

cionado pronunciamento pela TV da professora Maria da Conceição Tavares; seja pelos fatos, como o registro dos “fiscais de Sarney” na vigilância dos supermercados.

Já no Plano Verão, é claro que se fosse dado o mesmo microfone a uma intelectual independente, como Conceição Tavares, corria-se o risco de ela chorar de raiva e de indignação perante as câmaras. Prudentemente, o Presidente e seu desastrado Plano foram protegidos de qualquer reação emocional imediata, não porque houvesse uma conspiração deliberada de silêncio, mas sim porque todas as pessoas responsáveis torciam para que desse certo, mesmo que por alguma arte de mágica. Sobretudo, ninguém, e por isso foi aprovado pelo Congresso Nacional, queria ser responsabilizado pelo fracasso que já estava inscrito na concepção do Plano, e na sua implementação através de uma irresponsável política monetária.

Entretanto, na audiência com o Presidente, ao ser comunicado oficialmente do Plano Verão, Albano Franco disse-lhe lealmente, à frente de um grupo de empresários, que recebia a comunicação, mas que deixava claro que o programa, uma vez rompido o pacto em gestação, era responsabilidade exclusiva do Governo. Medeiros fez mais. Indignado com a expropriação salarial implícita no **pacote**, recusou-se a comparecer ao Forum de Negociações improvisado pela Ministra Dorothea para cooptar a CUT, unido-se depois à própria CUT na primeira tentativa de greve geral bem-sucedida de nossa História recente.

Contra essa reação social, legítima numa democracia, os meios de comunicação nada podem fazer, a não ser informar. Que o Presidente Sarney registre isso em seus anais. E que o Presidente Collor alinhe esses fatos ao considerar a agenda futura de seu Governo.